

Revista da

# ESPM

REVISTA DA ESPM • ANO 20 • EDIÇÃO 91 • Nº 1 • JANEIRO/FEVEREIRO 2014 • R\$ 9,90

## ⊕ Entrevistas

As raízes do atraso  
José Pastore

Paciência, generosidade  
e solidariedade  
Mario Sergio Cortella

Inversão de valores  
Eduardo Meinberg de  
Albuquerque Maranhão Filho

“Nossa missão vai muito além  
da geração de energia”  
Jorge Miguel Samek

## POR QUE SOMOS COMO SOMOS

É possível transformar o Brasil?

## ⊕ Artigos

O Estado mastodôntico:  
o poder dos poderes

Ética: a matéria-prima de  
que o Brasil mais se ressentido

Reformar é preciso

Tumulto ético: um país  
em busca de rumo

Revolução de valor

O que as religiões podem  
fazer por um mundo melhor?

Agenda para um  
novo contrato social

O que está acontecendo com os  
nossos jovens profissionais?

A cultura do bem estar bem

Bem ou mal, as marcas educam!

O verdadeiro sítio do  
picapau verde-amarelo

*We are anonymous* – razão  
de ser e razão de Estado

Consumidores indignados:  
ativismo digital e consumo  
consciente

O casamento da indústria  
cinematográfica com o  
marketing internacional

O poder dos internautas

O elo mais forte da  
corrente do bem

# O Estado mastodôntico: o poder dos poderes

*No modelo ideal de democracia, o cidadão deveria ser o senhor absoluto de todos os direitos sobre os governantes e estes, apenas seus servidores. Mas isso está bem distante do retrato que os políticos apresentam hoje no mundo inteiro. A democracia atual é apenas menos ruim que a ditadura*

Por Ives Gandra da Silva Martins

O Estado moderno é um Estado mastodôntico. Seja desenvolvido, seja emergente, o Estado moderno é mais do que a sociedade. Pesa-lhe mais do que lhe presta serviços. Não representa o desejo de seu povo, mas sim de quem detém o poder. A democracia que o caracteriza é apenas a democracia de acesso. O eleitor é chamado a votar e depois não tem mais participação nas decisões do governo.

Há, por outro lado, por parte de parcela da mídia uma forte tendência a valorizar os governos socialistas e a desvalorizar os governos de economia de mercado, até por força de uma realidade na qual os jornalistas nada têm a perder, de um lado, e a livre concorrência nada tem que ver com a ideologia propriamente dita, de outro.

A preferência ideológica pela esquerda de muitos intelectuais é, de rigor, uma preferência psicológica, fartamente enraizada numa inveja subconsciente, ou seja, de não se ter o mesmo sucesso que outros têm, em função da falta de criatividade e inveja da criatividade dos outros, ou seja, aqueles que têm permitido o progresso da sociedade. Deseja-se retirar recursos de quem soube ganhar, trabalhando, justificando tal "ideal" com o rótulo de "distributivismo". É mais fácil, portanto, ser de esquerda do que de direita, quando os que invejam os bem-sucedidos não conseguem ter o mesmo nível de sucesso.

A tendência, por outro lado, dos governos de esquerda de controlarem a mídia decorre do desconforto de terem suas mazelas expostas pelo jornalismo investigativo.

É de lembrar, entretanto, que a corrupção, o clientelismo e a ineficiência dos governos de esquerda têm menor

repercussão que o mesmo triste fenômeno, quando ocorre nos governos de direita. O episódio do mensalão foi uma exceção, graças ao equilíbrio de poderes que a Constituição garantiu. Simone de Beauvoir, no seu livro *Os mandarins* (Editora Nova Fronteira, 2002), mostrava como na França do pós-guerra tudo justificava o ataque à direita, mesmo quando não merecia, e tudo justificava esconder os defeitos da esquerda, mesmo quando valeria a pena divulgá-los por uma questão de equilíbrio e de justiça.

Raramente, vimos os governos de esquerda colocarem em prática os teoremas "redistributivistas". Quase sempre a única distribuição que praticam tem como beneficiários seus adeptos e correligionários, que se enquistam nos governos após a conquista do poder. Como disse Rui Falcão, inteligente e perspicaz líder da esquerda no Brasil, "não há administração pura", e as administrações de esquerda são mais impuras do que as administrações de direita e menos eficientes.

Por outro lado, nas economias de mercado, nem sempre se tem uma visão clara dos objetivos. Entretanto, elas costumam ser mais bem-sucedidas que os regimes de esquerda. Essas economias de mercado também são mais geradoras de emprego e desenvolvimento, lembrando que os países que obtiveram maior sucesso econômico não são socialistas. Por outro lado, os governos socialistas que assumiram economia de mercado nos moldes de governos capitalistas só conseguiram crescer quando deixaram de ser socialistas, praticando as mesmas técnicas e mecanismos dos governos liberais. Foi o que ocorreu com a China.

O caminho para a partilha redistributivista da esquerda – que, a meu ver, seria justa, se fosse o homem diferente – só pode ser aberto, sob a ótica das teses socialistas, pelo princípio de que se tem de tirar recursos dos ricos – que são considerados párias – para entregá-los aos pobres, desde que sejam eles, os socialistas, a administrar tais riquezas destinadas à redistribuição. Tal redistributivismo, baseado “na inveja e no ódio” aos mais ricos, jamais irá gerar o espírito próprio das partilhas, que precisam estar alicerçadas no altruísmo e no amor. Assim, seria justo.

Por essa razão, as entidades assistenciais sem fins lucrativos, formadas por voluntários cuja única ideologia é servir, são muitíssimo mais úteis que os “profissionais da ideologia redistributivista” em causa própria.

Os ideólogos da esquerda que pretendem tirar dos ricos para dar aos pobres, exatamente aqueles recursos que são geradores de empregos, são ineficientes no trato do social e pouco altruístas, a não ser com seus fiéis correligionários. Por outro lado, os ricos, infelizmente, só trabalham para o social quando têm os faróis da mídia e da comunicação a afagar suas vaidades, desdobrando-se, açuladamente, para frequentar as páginas das revistas e dos jornais, em que exibem, como pavões, os sinais exteriores de suas riquezas.

Nada melhor, para estimular a inveja da esquerda, do que o fútil exibicionismo da direita rica, as mulheres ostentando plásticas rejuvenescedoras, roupas caríssimas e frequentando festas fenomenais e os homens acolitando esta folclórica manifestação de futilidades e desperdícios.

E, de rigor, esta classe social composta de invejosos da esquerda e de exibicionistas da direita vai se tornando, juntamente com aqueles que exercem o poder, ou seja, políticos e burocratas, um enorme peso morto que a sociedade deve suportar, além do Estado e do governo, que são apenas os próprios detentores do poder e jamais o próprio poder.

### Os políticos

Uma das características do Estado mastodôntico da atualidade é a sua classe política.

**Um dos aspectos da corrupção reside na gradativa insensibilidade que o corrupto vai adquirindo, como o drogado, nos seus desvios de conduta**



Simone de Beauvoir, no seu livro *Os mandarins*, mostrou como na França do pós-guerra tudo justificava o ataque à direita, mesmo quando não merecia e tudo justificava esconder os defeitos da esquerda

Quase todos os políticos têm projetos pessoais e utilizam-se de seus eleitores para realizá-los. A demagogia é a essência da sua pregação. Já não se importam em ser transparentes ou altruístas, mas apenas em impressionar bem.

A imagem do político não é construída a partir de sua atuação como homem público, mas aquela que o assessor de imprensa, o homem da publicidade, denominado “marqueteiro” da mídia, constrói.

Nada é tão distante do político atual quanto a imagem que os homens de mídia por ele contratados edificam perante o público e que deve ser seguida à risca para que tenha viabilidade eleitoral.

Em outras palavras, o eleitor vota não no político como ele é, mas na imagem dele produzida por especialistas em ilusões. Criam um herói cinematográfico e vendem esta imagem, como se fosse de um idealista dedicado à pátria e aos interesses da comunidade.

Uma vez eleito, seu compromisso com o eleitorado deixa de existir e só será retomado nos últimos meses de seu mandato para, novamente contratando os “especialistas da ilusão”



**Rui Falcão, presidente do PT: "Não há administração pura. Até nas empresas existe política, disputa de poder, mediações. Às vezes, o empresário admite até prejuízos do ponto de vista da eficiência para poder ganhar lá na frente"**

– muitas vezes “os especialistas da mentira” –, venderem sua imagem de dedicado cidadão e agente público exemplar.

Em qualquer país do mundo democrático e especialmente no Brasil, os melhores marqueteiros são os que vencem as eleições e são disputados a peso de ouro.

À evidência, o compromisso do marqueteiro é com sua profissão, “vender ilusões”; não tem nenhuma vinculação com os ideais dos candidatos que “produz”.

Por essa razão é que a democracia, no mundo, é uma singela democracia de acesso, tanto mais frágil quanto mais o regime vincular-se às soluções presidenciais e não parlamentares.

É que, no sistema parlamentar de governo, a alternância no poder é mais rápida e só nele permanece o político consistente. Margaret Thatcher governou a Inglaterra durante 11 anos e apenas perdeu por ter acreditado que o aumento de tributação seria irrelevante. O povo reagiu e ela foi derrotada.

O político – a maioria, visto que há sempre algumas exceções – é alguém que faz do carreirismo, fisiologismo



**Margaret Thatcher governou a Inglaterra de 1979 até 1990, e só perdeu por ter acreditado que o aumento de tributação seria irrelevante para a Grã-Bretanha. O povo reagiu e a “Dama de Ferro” acabou derrotada**

e infidelidade partidária seu ideal de vida, razão pela qual, por pensar somente em si e pouco nos representantes e na pátria, não auxilia o desenvolvimento da nação, nem a solução dos grandes problemas.

Dir-se-á que esse é um mal necessário da democracia, pois, de tempos em tempos, deve correr atrás de novos eleitores, mas, para tanto, conta sempre com os marqueteiros de ocasião.

Há de se convir, entretanto, que a verdadeira democracia está longe do retrato que os políticos da atualidade no mundo inteiro apresentam – decididamente um péssimo retrato. E a democracia atual é apenas menos ruim que a ditadura.

### **Os burocratas**

Outro aspecto a conformar o Estado mastodôntico é o papel dos burocratas: os servidores públicos de carreira. Aqueles que entram no serviço público, muitas vezes, vivem sem maior interesse pela sociedade, e pensam apenas em sua aposentadoria para gozar, com folga, o repouso futuro.

São, de rigor, os integradores do poder, como diria Alvin Toffler, no livro *Terceira onda* (Editora Record, 2001). Os políticos só governam, alicerçados em sua ação.

Quase sempre oferecem muita resistência a qualquer mudança. Acostumados dentro de determinadas rotinas, a mudança causa-lhes calafrios e são os primeiros a tentar bloqueá-las. Sua concepção é casuística, em que o cargo dá dignidade à pessoa. A grande maioria é honesta, mas atribui à administração pública – que confundem com o poder – um papel mais relevante do que à própria sociedade.

Neste aspecto reside o grande problema. O burocrata pensa que a sociedade está a seu serviço. E, à evidência, seu poder, no tempo, confunde-se com seu direito.

Como os políticos passam e os burocratas permanecem, são eles os verdadeiros formuladores das políticas governamentais, principalmente nos países parlamentaristas.

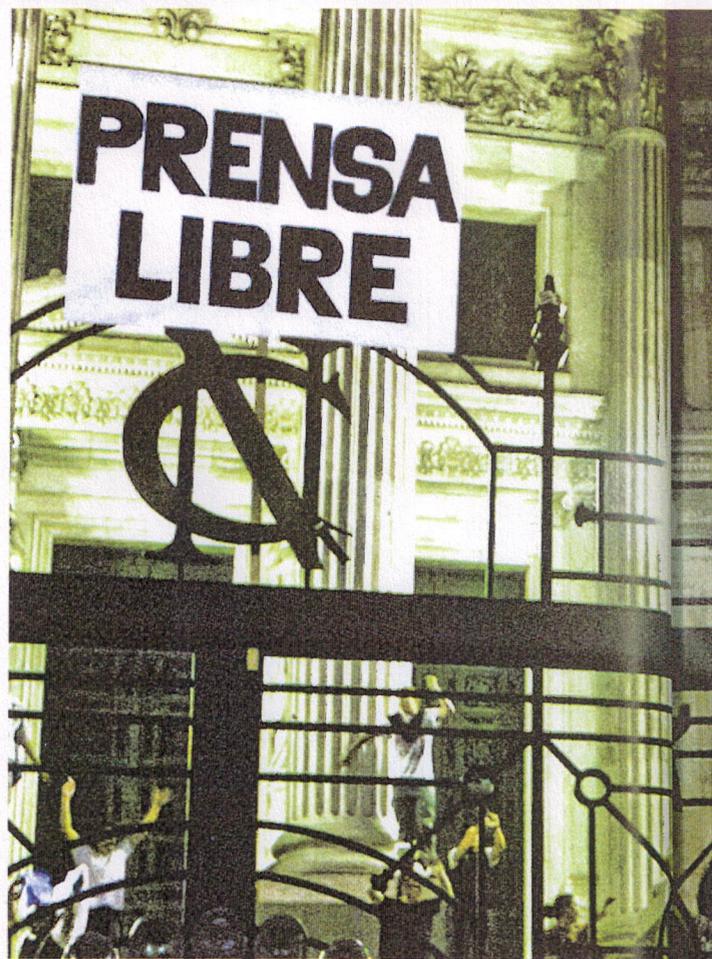
Integram o poder, com que, normalmente, se identificam, e terminam confundindo seus próprios interesses com aqueles da nação, em confusão que reduz a cidadania a expressão inferior.

Concursados ou escolhidos para serem “servidores públicos”, como determina a expressão, no mais das vezes, passam a exercer o poder burocrático como se coubesse à nação servi-los, e não o contrário. O povo é que acaba ficando à disposição desses detentores do poder, por meio de tributos ou das exageradas exigências burocráticas, criadas para aumentar seus quadros e justificar ações, em muitos casos, desnecessárias e inibidoras das potencialidades da sociedade.

Os governantes, políticos e burocratas, quase sempre agem de comum acordo. Cada alteração de poder, pelos políticos, não corresponde a idêntica alteração por parte dos burocratas, que deixam os quadros funcionais em menor número do que aqueles que neles entram pelas mãos de novas administrações. E os concursados, efetivados e estáveis não há, sequer, como pensar em afastá-los.

No livro *Concept of law* (Oxford University Press, 1997), Herbert Lionel Adolphus Hart explica que, nos Estados democráticos, as leis são feitas para serem aplicadas a governantes e governados, mas, como são feitas pelos governantes, quase sempre são aplicadas contra os governados e a favor dos governantes.

De rigor, é o que ocorre com a burocracia. E a burocracia não profissionalizada – que é formada pelos correligionários dos partidos vencedores – é ainda pior, na medida em que tais burocratas só se tornaram burocratas por



interesse político e não por vocação funcional. E, nesse caso, a identificação com o poder é muito maior. São, em verdade, os verdadeiros senhores da máquina administrativa, nos países onde não há burocracia profissionalizada.

O melhor caminho para reduzir os efeitos nocivos da identificação do burocrata com o poder reside na denominada “burocracia profissionalizada”, em que há carreira funcional e mérito no seu exercício.

O certo, todavia, é que, no Brasil, não temos burocracia profissionalizada, a não ser nas carreiras militares, no Itamaraty, no Judiciário e no Ministério Público. Os cargos de confiança, que representam os postos mais altos da administração pública, são preenchidos por pessoas que quase nunca são funcionários de carreira, mas ligadas aos políticos.

Essa experiência não tem sido boa.

### Os aproveitadores

Assim como a ditadura, a democracia é um sistema de governo em que vicejam os aproveitadores. Aqueles que, através da bajulação, pequenos ou grandes golpes, interesses e, algumas vezes, ações condenáveis, aproximam-se dos poderosos.

Entre estes, se distinguem, em primeiro lugar, os correligionários. Aqueles que fazem da militância política



LATINSTOCK

**População protesta contra a política de Cristina Kirchner, acusada de querer silenciar a imprensa argentina com a Lei de Mídia, que limita a atuação dos conglomerados de comunicação no país**

sejam suas mentiras, mais letais. E são admirados por este seu talento, à disposição de democracia de acesso, que nada tem a ver com a real democracia do povo, aquela que permite o permanente controle de seus representantes.

Uma terceira categoria de aproveitadores são aqueles que financiam as campanhas para depois usufruírem da partilha do “butim”. Tais aproveitadores sabem que o financiamento de campanha é um investimento necessário para conseguir polpudos contratos públicos, posteriormente.

No Brasil, a permanente dispensa de licitação por razões de urgência quase sempre beneficia os financiadores de campanha, principalmente daqueles partidos que, na oposição, se apresentavam como paladinos da moralidade. Os paladinos da moralidade só o são quando militam na oposição. Na situação, são sempre patrocinadores da imoralidade.

Um quarto tipo de aproveitador representa a categoria dos que buscam o emprego oficial, não por mérito próprio, mas por ser amigo dos poderosos.

A Constituição do Brasil, por exemplo, impõe concurso público para acesso a cargos públicos, mas as exceções relativas aos cargos de confiança e as assessorias especiais são tantas, que não há governante que não traga uma legião de aproveitadores para partilhar o poder.

Tais aproveitadores querem o emprego público e, para tanto, “competência e ética” são substituídas por “amizade e bajulação”. Por isso, um correto servidor de carreira, que não faça política, termina sua vida pública como chefe de seção, enquanto o bajulador do poder poderá chegar aos postos mais altos da administração.

Outros “espécimes” de aproveitadores existem, tendo preferido, todavia, apenas descrever, neste curto artigo, apenas alguns deles.

### **Os corruptos**

A política leva muita gente à corrupção. O poder público também. Burocratas e políticos correm sérios riscos de resvalarem para a corrupção. Nela se incluem, também, a corrupção afetiva, o nepotismo, as concessões por vaidade humana, além do que é mais comum, a corrupção pura e simples por dinheiro.

utilitária seu objetivo de vida. Não têm prestígio para concorrer às eleições, mas suam a camisa para conseguirem ser lembrados pelos vencedores. Por outro lado, não têm competência para o exercício de cargos de confiança, como ministros ou secretários de Estado. Sua especialidade, como as hienas que acompanham os grandes predadores, é usufruir da carniça política.

Nas ditaduras, a visibilidade de tais aproveitadores é maior, visto que não há controle externo.

Nas democracias, eles são mais engenhosos, mais astutos, mais perspicazes. Vivendo projetos próprios e não os da nação, não pensam em outra coisa senão em enriquecer, mantendo-se à tona, razão pela qual sua fidelidade política não é maior do que foi a fidelidade conjugal de Messalina. São a escória dos governos, em vestes alcandoradas.

Uma segunda classe dos aproveitadores são os marqueteiros. Os que fabricam os candidatos. Nada é menos verdadeiro que o candidato produzido para uma eleição pelos marqueteiros. São os “vendedores de mentiras”, dos quais os políticos atuais não podem prescindir para ganhar as eleições. Os marqueteiros têm duas funções: manter incólume seu candidato e destruir o candidato oposto. Balançam entre suas duas habilidades maiores, ou seja, a mentira e a distorção. Quanto mais eficientes

Cristo teve 12 apóstolos. Um deles o traiu. Era exatamente o que cuidava da bolsa, manipulava o dinheiro. Pode ter sido uma coincidência, mas, em face do livre arbítrio que Deus outorga a todos os seus filhos, foi ele mal usado. E vendeu Cristo por dinheiro, tendo se arrependido – não como Pedro – e, no desespero, cometeu um segundo ato tresloucado, o suicídio.

Lord Acton, ao dizer que o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente, não fez senão afirmar o óbvio. Um dos aspectos interessantes da corrupção reside na gradativa insensibilidade que o corrupto vai adquirindo, como o drogado, nos seus desvios de conduta.

Adolf Hitler, no dia 27 de abril de 1945 – três dias antes de seu suicídio –, fez uma observação anotada por seus biógrafos, segundo relatos daqueles que ficaram no “bunker” com ele, que serve para mostrar a insensibilidade que o poder vai gerando. Disse: “Se de alguma coisa tenho de me arrepender é de ter sido tão generoso com as pessoas”.

No mundo inteiro, todos os preços públicos são maiores do que os preços privados, porque neles está incluído o preço da corrupção. Os corruptos recebem uma porcentagem paga por fora.

Manuel Ferraz de Campos Salles foi um presidente brasileiro que entrou rico na política e saiu pobre. A grande maioria dos políticos – que só vivem de política e com subsídios e vencimentos parcos, se comparados aos padrões internacionais – entra pobre na política e dela sai rico.

Nunca se falou tanto em ética no mundo e nunca se viu tantos problemas espoucarem nesse campo, diariamente, desvendando corruptos, na burocracia e na política.

Outro aspecto negativo é a conotação ideológica. Quando os órgãos responsáveis pelo combate à corrupção têm preferências ideológicas, passam a ser seletivos. Lutam para descobrir a podridão dos que tenham ideologia diferente e escondem a podridão dos que pensam como eles, tornando-se – mesmo que não recebendo dinheiro do poder – corruptos de outra espécie, ou seja, “corruptos ideológicos”.

**Na democracia que idealizo para meu país, o cidadão deveria ser o senhor de todos os direitos sobre os governantes e estes, apenas seus servidores**

Política e corrupção. Poder e corrupção. Burocracia e corrupção. São características permanentes dos homens que dominam os povos, considerando-se mais dotados que a sociedade para subir na vida, à custa dela.

### O povo

O povo pouca atuação consciente tem, nos destinos dos governos. Seja nas ditaduras, seja nas democracias.

Nas democracias, à evidência, há um verniz de atuação, reduzida à participação na escolha dos governantes, que, todavia, é fantásticamente manipulada pelos marqueteiros de ocasião.

A manipulação para a conquista do poder é a característica maior da democracia de acesso, sendo o verdadeiro eleitor dos candidatos o seu homem de comunicação social. A obra do candidato, seu desempenho, sua personalidade, são quase sempre reconfigurados para melhor, pelo marketing político.

O povo não manda, nada decide, tudo suporta. Grande parte dele não tem condições de julgar o que é verdade e o que é mentira nas campanhas eleitorais.

Nos países emergentes, a incapacidade popular é ainda maior e a manipulação mais fácil. Conforme o grau cultural ou as tradições dos povos, as manipulações podem gerar fanatismo e dependência a líderes carismáticos. Nesses países, os que controlam a opinião pública são os que auxiliam os governantes a governar, independentemente do povo.

Não significa, todavia, que o povo não seja manipulado, nos países desenvolvidos. As fortunas que se gastam nas campanhas eleitorais são ainda maiores do que nos emergentes, e a elite dos grandes grupos empresariais, sindicais e de interesses corporativos da administração termina por conduzir as eleições não necessariamente para o melhor, mas quase sempre para o candidato que contratou o melhor publicitário. Quem decide a eleição, pois, não é o povo, mas o homem da propaganda.

Prometer, em política, não compromete. Todos os candidatos sabem que seu compromisso com o programa de campanha é nenhum. Por isso prometem tudo e quase nada cumprem.

A omissão das elites e a permanente incapacidade do povo de distinguir entre “marketing” e “verdade”, além da falta de mecanismos jurídicos para controle dos detentores do poder, tornam a sociedade, de rigor, mero instrumento de domínio dos políticos.



Por essa razão, talvez, é que prestar serviços públicos não seja a primeira preocupação dos governantes, mas sim a de manter o poder a qualquer custo, sendo certo que, se houver tempo e se o dinheiro não for totalmente desperdiçado, algo se fará, de preferência obras de “visibilidade eleitoral”, mais do que de conteúdo cívico. Dessa forma, uma “obra faraônica”, que dê visibilidade, é mais importante do que multiplicar pequenas escolas para educação do povo, visto que seu “retorno político” é pequeno.

O povo, em outras palavras, é apenas um elemento da atuação dos políticos, para ser manipulado em causa própria, valendo os programas sociais apenas para promovê-los.

Estou absolutamente convencido de que o povo só participará de uma democracia real no momento em que puder controlar os governos e os governantes se reconhecerem como seus servidores. Em verdade, todos os governantes são apenas e exclusivamente “servidores” do cidadão. Não são seus senhores feudais. Devem-lhe respeito. Devem-lhe prestar contas por sua representação. E devem honrar o mandato recebido de acordo com o programa apresentado na campanha eleitoral.

Na democracia que idealizo para meu país, o cidadão deveria ser o senhor absoluto de todos os direitos sobre os governantes e estes apenas seus servidores. Quem quisesse,

como nas ordens hospitalares da Idade Média, servir ao povo deveria abdicar de seus privilégios e ter como meta o bem da sociedade, e não o próprio bem. Caso contrário, seria melhor continuar fora da política e do governo, pois o serviço público exige “sacerdotes”, e não “aproveitadores”.

Na verdadeira democracia, quem merece o tratamento de “Sua Excelência” é o cidadão. Não o agente público, quer seja ocupante de cargo administrativo ou eletivo, eis que sua presença nos quadros de qualquer dos poderes só se justifica enquanto sirva ao povo, e nunca quando passe a usufruir do poder como coisa própria, perseguindo inimigos e privilegiando amigos.

Na verdadeira democracia, os direitos individuais deveriam ser garantidos por governos preocupados na promoção da sociedade. Apenas no dia em que os cidadãos tiverem consciência de que são mais importantes do que qualquer burocrata ou político, é que poderão implantar o verdadeiro regime democrático. Até lá, serão apenas “administrados”.

---

### **Ives Gandra da Silva Martins**

*Advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra. É presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio)*